

REGIMENTO



2021/2025

Conteúdo

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	3
(Objeto e Âmbito).....	3
(Fontes Normativas)	3
(Definição de conceitos).....	3
NATUREZA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA	3
(Natureza e Composição).....	3
(Competências de apreciação e fiscalização).....	4
(Competências de funcionamento)	6
INSTALAÇÃO, MESA DA ASSEMBLEIA E COMPETÊNCIAS.....	6
INSTALAÇÃO E MESA DA ASSEMBLEIA	6
(Composição da Mesa)	7
(Eleição e Destituição da Mesa)	7
COMPETÊNCIAS	7
(Competências da Mesa).....	7
(Competências do Presidente da Assembleia)	8
(Competências dos Secretários).....	9
DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA.....	9
DAS SESSÕES	9
(Funcionamento).....	9
(Sessões Ordinárias)	9
(Sessões Extraordinárias).....	9
(Duração das Sessões)	10
(Requisitos das Reuniões).....	10
(Continuidade das Reuniões).....	10
DA CONVOCATÓRIA E ORDEM DO DIA.....	10
(Convocatória)	10
(Ordem do Dia).....	11
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS NA ASSEMBLEIA	11
(Períodos das Reuniões).....	11
(Período de Antes da Ordem do Dia).....	11
(Período da Ordem do Dia).....	11
(Participação dos Cidadãos – Período de Intervenção do Público)	11
DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS	12
(Participação dos Membros da Câmara Municipal).....	12
(Participação de Eleitores).....	12
DO USO DA PALAVRA.....	12
(Regras do Uso da Palavra no Período de Antes da Ordem do Dia)	12
(Regras do Uso da Palavra para Discussão da Ordem do Dia).....	12
(Regras Do Uso Da Palavra Pelos Membros Da Mesa da Assembleia Municipal).....	13
(Regras Do Uso Da Palavra Pelos Membros Da Câmara Municipal)	13
(Regras do uso da Palavra no Período de Intervenção Aberto ao Público)	13
(Uso da Palavra pelos Membros da Assembleia)	14
(Declarações De Voto).....	14
(Invocação do Regimento ou Interpelação da Mesa).....	14
(Pedidos de Esclarecimento).....	14
(Requerimentos)	14
(Ofensas à Honra ou à Consideração).....	15
(Interposição de Recursos).....	15
DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES	15
(Maioria)	15
(Voto).....	15
(Formas de Votação).....	15
(Empate na Votação Por Escrutínio Secreto).....	16

DAS FALTAS..... 16
 (Verificação de Faltas e Processo Justificativo) 16
PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ATOS DA ASSEMBLEIA 16
 (Carácter Público das Reuniões)..... 16
 (Atas) 17
 (Registo na Ata Do Voto De Vencido)..... 17
 (Publicidade das Deliberações) 17
DAS DELEGAÇÕES, COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO 18
 (Constituição) 18
 (Competências)..... 18
 (Composição)..... 18
 (Funcionamento)..... 18
DOS GRUPOS MUNICIPAIS 18
 (Constituição) 18
 (Organização) 19
DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA 19
DO MANDATO 19
 (Duração e Continuidade do Mandato)..... 19
 (Suspensão do Mandato) 19
 (Ausência inferior a 30 dias) 19
 (Renúncia ao Mandato) 20
 (Substituição do Renunciante)..... 20
 (Perda de Mandato) 20
 (Preenchimento de Vagas Eleitos e Presidentes de Junta)..... 20
DOS DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA 21
 (Deveres) 21
 (Impedimentos e Suspeições) 21
DOS DIREITOS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA 21
 (Direitos)..... 21
DISPOSIÇÕES FINAIS..... 22
 (Alterações ao Regimento) 22
 (Interpretação e Integração de Lacunas)..... 22
 (Entrada em Vigor)..... 22

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1º (Objeto e Âmbito)

O presente Regimento regula a organização e o funcionamento da Assembleia Municipal de Montalegre e aplica-se a todos os seus membros.

ARTIGO 2º (Fontes Normativas)

O presente Regimento obedece, no seu espírito e letra, aos seguintes normativos:

- a) Constituição da República Portuguesa;
- b) Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro;
- c) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ARTIGO 3º (Definição de conceitos)

Para efeitos do disposto no presente Regimento, entende-se por:

- a) Membro da Assembleia Municipal – os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal, bem como os membros por inerência do cargo (Presidente da Junta ou de União de Freguesias);
- b) Grupo Municipal – o conjunto de membros da Assembleia Municipal eleitos pelo mesmo partido ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, incluindo os independentes eleitos nas suas listas, desde que a isso eles não se oponham;
- c) Líder de Grupo Municipal – o membro da Assembleia Municipal representante de um grupo parlamentar, para o efeito escolhido pelo seu grupo.
- d) Sessão – atividade plenária da Assembleia Municipal, podendo esta ser ordinária ou extraordinária, nos termos da lei;
- e) Reunião – atividade plenária de continuação da Assembleia Municipal;
- f) Conferência – reunião dos representantes dos Grupos Municipais.

CAPÍTULO II NATUREZA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 4º (Natureza e Composição)

1. A Assembleia Municipal de Montalegre é o órgão representativo do Município de Montalegre, dotado de poderes deliberativos, e visa a prossecução dos interesses da população respetiva.
2. A Assembleia Municipal é composta, nos termos da lei, de 26 membros diretamente eleitos pelo colégio eleitoral do Município de Montalegre e de 25 Presidentes de Junta de Freguesia ou União de Freguesias que a integram por inerência.
3. O mandato dos Membros eleitos da Assembleia Municipal visa a salvaguarda dos interesses e a defesa e promoção do bem-estar da respetiva população.
4. A presença por inerência dos Presidentes de Junta de Freguesia ou de União de Freguesias do Município visa em especial a salvaguarda dos interesses da respetiva Freguesia e a defesa e

promoção da freguesia e do bem-estar da respetiva população, nos termos definidos pelos respetivos órgãos representativos.

ARTIGO 5º
(Competências de apreciação e fiscalização)

1. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal:
 - a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
 - b) Aprovar as taxas do Município e fixar o respetivo valor;
 - c) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do Município;
 - d) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;
 - e) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os Municípios;
 - f) Autorizar a contratação de empréstimos;
 - g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município;
 - h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
 - i) Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
 - j) Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
 - k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado e entre a Câmara Municipal e a entidade Intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
 - l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;
 - m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
 - n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara Municipal;
 - o) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
 - p) Autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
 - q) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;
 - r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo;
 - s) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
 - t) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;

- u) Autorizar o Município a constituir as associações previstas no capítulo IV do Título III do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro;
 - v) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
 - w) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.
2. Compete ainda à Assembleia Municipal:
- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea *k*) do número anterior;
 - b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
 - c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
 - d) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;
 - e) Aprovar referendos locais;
 - f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da Câmara Municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
 - g) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do Município;
 - h) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
 - i) Elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança;
 - j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município;
 - k) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;
 - l) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
 - m) Fixar o dia feriado anual do município;
 - n) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do Município e proceder à sua publicação no *Diário da República*;
 - o) Eleger, por voto secreto, o presidente da mesa e os dois secretários;
 - p) Votar moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros.
3. Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas *a*), *i*) e *m*) do n.º 1 e na alínea *l*) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal.

4. As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentados pela Câmara Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.
5. É, ainda, competência da assembleia municipal:
 - a) Convocar o secretariado executivo da Comunidade Intermunicipal, nos termos da lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas;
 - b) Aprovar moções de censura ao secretariado Executivo Intermunicipal, no máximo de uma por mandato.

ARTIGO 6º
(Competências de funcionamento)

1. Compete à Assembleia Municipal:
 - a) Elaborar e aprovar o seu Regimento;
 - b) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
 - c) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal.
2. No exercício das respetivas competências, a Assembleia Municipal é apoiada por trabalhadores dos serviços do município a afetar pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 31.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CAPÍTULO III
INSTALAÇÃO, MESA DA ASSEMBLEIA E COMPETÊNCIAS

SECÇÃO I
INSTALAÇÃO E MESA DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 7º
(Instalação)

1. O Presidente da Assembleia Municipal cessante, ou, na sua falta, de entre os presentes, o cidadão mais bem posicionado na lista vencedora, procede à instalação da nova Assembleia até ao 20º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais, devendo para o efeito convocar os candidatos eleitos, para o ato de instalação, nos cinco dias subsequentes àquele apuramento definitivo.
2. Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do ato, que é assinado, pelo menos, por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.
3. A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao ato de instalação é feita na primeira reunião do órgão a que compareçam, pelo respetivo Presidente.

ARTIGO 8º
(Primeira reunião)

Até que seja eleito o Presidente da Assembleia, compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada, ou, na sua falta, ao cidadão mais bem posicionado nessa mesma lista, presidir à primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal, que se efetua imediatamente a seguir ao ato de instalação, para efeito de eleição do Presidente e Secretários da Mesa.

ARTIGO 9º
(Composição da Mesa)

1. A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário e é eleita pelo período do mandato da Assembleia.
2. O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro secretário e este pelo segundo secretário, cabendo ao substituto designar de entre os membros presentes o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir a reunião.
3. Na ausência simultânea de todos os membros da mesa, caberá ao membro da Assembleia mais bem posicionado na lista mais votada assumir a presidência, designando de entre os membros presentes, dois secretários “*Ad Hoc*” para constituir a mesa que vai dirigir a reunião.
4. O Presidente da Mesa é o Presidente da Assembleia Municipal.

ARTIGO 10º
(Eleição e Destituição da Mesa)

1. A Mesa da Assembleia é eleita por escrutínio secreto, em lista única, pelo período do mandato, podendo os seus membros serem destituídos, em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia.
2. Só poderão ser eleitos para a mesa os membros da Assembleia que, expressamente, tenham aceitado a sua candidatura.
3. No caso de destituição ou demissão de qualquer dos membros da mesa, ou de cessação do respetivo mandato, proceder-se-á a nova eleição, na reunião imediata, para o cargo vago.

SECÇÃO II
COMPETÊNCIAS

ARTIGO 11º
(Competências da Mesa)

1. Compete à Mesa da Assembleia:
 - a) Elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
 - b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento;
 - c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
 - d) Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da câmara municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da assembleia municipal;
 - e) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da Assembleia, dos grupos municipais e da Câmara Municipal;
 - f) Assegurar a redação final das deliberações;
 - g) Realizar as ações que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal no exercício da competência a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
 - h) Encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;

Regimento da Assembleia Municipal

- i) Requerer à Câmara Municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia Municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes;
 - j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia Municipal;
 - k) Comunicar à Assembleia Municipal a recusa de prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como de colaboração por parte do órgão executivo ou dos seus membros;
 - l) Comunicar à Assembleia Municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
 - m) Dar conhecimento à Assembleia Municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
 - n) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal;
 - o) Exercer as demais competências legais.
2. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.
3. Das deliberações da mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o plenário.

ARTIGO 12º
(Competências do Presidente da Assembleia)

1. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal:
- a) Representar a Assembleia Municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
 - b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
 - c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões;
 - d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
 - e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
 - f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão;
 - g) Integrar o conselho municipal de segurança;
 - h) Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas do Presidente de Junta de Freguesia e do Presidente da Câmara Municipal às sessões da Assembleia Municipal;
 - i) Comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da Assembleia, para os efeitos legais;
 - j) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pelo regimento ou pela Assembleia Municipal;
 - k) Exercer as demais competências legais.
2. Compete, ainda, ao Presidente da Assembleia Municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes, necessárias ao seu regular funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.

ARTIGO 13º
(Competências dos Secretários)

Compete aos secretários coadjuvar o Presidente da Assembleia Municipal no exercício das suas funções, assegurar o expediente e, na falta de trabalhador designado para o efeito, lavrar as atas das sessões.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

SECÇÃO I
DAS SESSÕES

ARTIGO 14º
(Funcionamento)


1. A Assembleia Municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, sob orientação do respetivo Presidente e composto por trabalhadores do Município, nos termos definidos pela mesa e a afetar pela Câmara Municipal.
2. A Assembleia Municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a afetar pela Câmara Municipal.
3. No Orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da Assembleia Municipal, dotações discriminadas em rubricas, para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.

ARTIGO 15º
(Sessões Ordinárias)

1. A Assembleia Municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro, novembro ou dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.
2. A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro, salvo o disposto no artigo 61º do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro e, bem assim, da fixação de outro calendário que venha a ser, sobre a matéria, legalmente, fixado.

ARTIGO 16º
(Sessões Extraordinárias)

1. A Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do seu presidente, da mesa ou após requerimento:
 - a) Do Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de deliberação desta;
 - b) De um terço dos seus membros;
 - c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores.
2. O Presidente da Assembleia Municipal, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa ou a da mesa ou à receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

- 
3. A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e o máximo de dez após a sua convocação.
 4. Quando o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não convoque a sessão extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, observando, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3 e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.

ARTIGO 17º
(Duração das Sessões)

As sessões da Assembleia Municipal não podem exceder a duração de cinco dias e um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.

ARTIGO 18º
(Requisitos das Reuniões)

1. A Assembleia Municipal só pode reunir e deliberar à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo ter duração superior a seis horas, salvo deliberação expressa do plenário.
2. Feita a chamada e verificada a inexistência de quórum, decorrerá um período máximo de 30 minutos sobre a hora da referida convocatória, para aquele se poder concretizar. Esgotado esse tempo, caso persista a falta de quórum, o Presidente considerará a reunião sem efeito e marcará data para a nova reunião que tem a mesma natureza da anterior.
3. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata onde se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.
4. A existência de quórum será verificada em qualquer momento da reunião, por iniciativa da mesa ou a requerimento de qualquer membro da Assembleia.

ARTIGO 19º
(Continuidade das Reuniões)

As reuniões só podem ser interrompidas, por decisão do Presidente e para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quórum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar;
- d) Período de reflexão ou consenso a requerimento de qualquer Grupo Municipal.

SECÇÃO II
DA CONVOCATÓRIA E ORDEM DO DIA

ARTIGO 20º
(Convocatória)

1. Os membros da Assembleia Municipal são convocados para as sessões ordinárias, com uma antecedência mínima de oito dias, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo.
2. Os membros da Assembleia Municipal são convocados para as sessões extraordinárias, com antecedência mínima de cinco dias, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, sem prejuízo da aplicação do n.º 3 do art.º 28/DL 75/2013 de 12 de setembro.

ARTIGO 21º
(Ordem do Dia)

1. A ordem do dia de cada sessão é estabelecida pela Mesa da Assembleia.
2. A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo Órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:
 - a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão, no caso de sessões ordinárias;
 - b) Oito dias úteis sobre a data da sessão, no caso das sessões extraordinárias.
3. A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data de início da sessão, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.

SECÇÃO III
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS NA ASSEMBLEIA

ARTIGO 22º
(Períodos das Reuniões)

1. Em cada sessão ordinária há um período de “Antes da Ordem do Dia”, um período de “Ordem do Dia” e um período de “Intervenção do Público”.
2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Ordem do Dia” e de “Intervenção do Público”.

ARTIGO 23º
(Período de Antes da Ordem do Dia)


Em cada sessão ordinária do órgão deliberativo, haverá um período de “Antes da Ordem do Dia”, com a duração máxima de (60) sessenta minutos, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.

ARTIGO 24º
(Período da Ordem do Dia)

1. O período da “Ordem do Dia” inclui um período de análise, discussão e votação das propostas constantes da ordem do dia.
2. No início do período da “Ordem do Dia”, a mesa dará conhecimento dos assuntos nela incluídos, devendo constar da mesma, entre outros assuntos, a aprovação da ata da sessão anterior, bem como a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca das atividades desta e da situação financeira do Município.
3. Tratando-se de sessão ordinária do órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia.

ARTIGO 25º
(Participação dos Cidadãos – Período de Intervenção do Público)

1. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, junto do Presidente da mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar. Também podem fazê-lo por via eletrónica, logo que disponível, enviando a inscrição com a antecedência de vinte e quatro horas e referindo nome, morada e assunto a tratar.

- 
2. O período de intervenção aberto ao público, referido no número um deste artigo será distribuído pelos inscritos, (cumprindo o princípio da equidade, entre a modalidade presencial e a do registo eletrónico) não podendo, porém, exceder os (10) dez minutos por cidadão, nem exceder o limite global de (30) trinta minutos.

SECÇÃO IV DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ELEMENTOS

ARTIGO 26º (Participação dos Membros da Câmara Municipal)

1. A Câmara Municipal faz-se representar nas sessões da Assembleia, obrigatoriamente, pelo Presidente da Câmara, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
2. Em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara pode fazer-se substituir pelo substituto legal.
3. Os Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com anuência do Presidente da Câmara, ou do seu substituto legal ou ainda para o exercício do direito de defesa da honra.

ARTIGO 27º (Participação de Eleitores)

1. Nas sessões extraordinárias convocadas após requerimento de cidadãos eleitores nos termos da alínea c) do Artigo 16º, têm o direito de participar, sem direito a voto, dois representantes dos respetivos requerentes.
2. Os representantes referidos no número anterior dispõem, em conjunto, de (20) vinte minutos para apresentação e fundamentação da iniciativa, bem como para apresentar sugestões ou propostas, as quais são votadas se tal for deliberado pela Assembleia Municipal.

SECÇÃO V DO USO DA PALAVRA

ARTIGO 28º (Regras do Uso da Palavra no Período de Antes da Ordem do Dia)

1. O tempo para perguntas ou intervenções no período de “*Antes da Ordem do Dia*”, num total de (60) sessenta minutos, será distribuído da seguinte forma:
 - a) Equitativamente pelo Presidente da Mesa, tendo em conta o número de inscritos, não devendo exceder, no total, (10) minutos cada um dos inscritos.
 - b) Os líderes dos grupos municipais, ou seus representantes, tem, no total, até (15) quinze minutos para uso da palavra.
2. O Presidente da Câmara ou seu representante dispõe no total de (20) vinte minutos para responder e prestar os esclarecimentos solicitados.
3. O tempo expresso no número 1 deste Artigo pode ser aumentado até (20) vinte minutos, se em discussão se encontrarem assuntos de relevante interesse, e após decisão da Assembleia.

ARTIGO 29º (Regras do Uso da Palavra para Discussão da Ordem do Dia)

1. No período da Ordem do Dia, para cada assunto em discussão, deve haver no máximo um período de (20) vinte minutos para discussão, sendo alargado no Plano e Orçamento e Conta

de Gerência e em assuntos de relevante interesse para mais (15) quinze minutos, distribuído da seguinte forma:

- a) Proporcional ao número de inscritos e não deverá ultrapassar os (4) quatro minutos.
 - b) Os líderes dos grupos municipais, ou seus representantes, tem (7) sete minutos para uso da palavra.
 - c) Se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, de (1) um minuto para os membros da Assembleia, e de (3) três minutos para os líderes dos grupos municipais.
2. A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da Assembleia proponente ou pelo executivo camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que visa prosseguir, e não exceder o total de (4) quatro minutos.
 3. O Presidente da Câmara Municipal dispõe de (20) vinte minutos para apresentar a informação constante da alínea c) do n.º 2 do artigo 5º deste regimento.

ARTIGO 30º

(Regras Do Uso Da Palavra Pelos Membros Da Mesa da Assembleia Municipal)

Quando os membros da Mesa Assembleia Municipal pretenderem intervir sobre qualquer assunto, devem abandonar a mesa.

ARTIGO 31º

(Regras Do Uso Da Palavra Pelos Membros Da Câmara Municipal)

1. A palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal, no período de “Antes da Ordem do Dia”, para responder às perguntas e prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
2. No período da “Ordem do Dia”, a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para:
 - a) Prestar a informação relativa ao consignado na alínea c) do n.º 2 do artigo 5º deste regimento;
 - b) Apresentar os documentos submetidos pela Câmara Municipal, nos termos legais, à apreciação da Assembleia;
 - c) Intervir nas discussões, sem direito a voto.
3. No período de “Intervenção Aberto ao Público”, a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para prestar os esclarecimentos solicitados.
4. É concedida a palavra aos Vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.
5. A palavra é ainda concedida aos Vereadores para o exercício do direito de defesa de honra ou consideração.

ARTIGO 32º

(Regras do uso da Palavra no Período de Intervenção Aberto ao Público)

1. A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 25º deste regimento.
2. Durante o período de intervenção aberto ao público, qualquer cidadão pode fazer perguntas ou solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição, segundo o estabelecido no ponto 1 do artigo 23º.

3. A palavra será dada por ordem das inscrições e cada intervenção deverá ter a duração máxima de (10) dez minutos.
4. A mesa ou qualquer membro da Assembleia ou da Câmara respondem às perguntas e prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito.

ARTIGO 33º
(Uso da Palavra pelos Membros da Assembleia)

A palavra é concedida aos membros da Assembleia para:

- a) Tratar de assuntos de interesse Municipal;
- b) Participar nos debates;
- c) Emitir votos e fazer declarações de voto;
- d) Invocar o Regimento ou interpelar a mesa;
- e) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município;
- f) Fazer perguntas e formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- g) Fazer requerimentos;
- h) Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;
- i) Interpor recursos.

ARTIGO 34º
(Declarações De Voto)

1. Cada membro da Assembleia tem direito a fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não podendo exceder, neste último caso, (2) dois minutos.
3. As declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da sessão.

ARTIGO 35º
(Invocação do Regimento ou Interpelação da Mesa)

1. O membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
2. Os membros da Assembleia podem interpelar a mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. O uso da palavra para invocar o Regimento ou interpelar a mesa não pode exceder (2) dois minutos.

ARTIGO 36º
(Pedidos de Esclarecimento)

O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de (2) dois minutos.

ARTIGO 37º
(Requerimentos)

1. Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o Presidente da Assembleia, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.

2. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder (2) dois minutos.
3. Os requerimentos uma vez admitidos, são imediatamente votados, sem discussão.
4. A votação dos requerimentos é feita pela ordem de entrada na mesa.

ARTIGO 38º
(Ofensas à Honra ou à Consideração)

1. Sempre que um membro da Assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, ou do seu Grupo Municipal, pode, para defesa, usar da palavra por tempo não superior a (2) dois minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a (2) dois minutos.

ARTIGO 39º
(Interposição de Recursos)

1. Qualquer membro da Assembleia pode recorrer de decisões do Presidente da Assembleia ou da Mesa.
2. O membro da Assembleia que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a (2) dois minutos.

SECÇÃO VI
DAS DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

ARTIGO 40º
(Maioria)

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da Assembleia, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

ARTIGO 41º
(Voto)

1. Cada membro da Assembleia tem direito a um voto.
2. Nenhum membro da Assembleia presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

ARTIGO 42º
(Formas de Votação)

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
 - a) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições e quando envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a Assembleia assim o deliberar;
 - b) Por votação nominal, apenas quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pela Assembleia;
 - c) Por levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.
2. O Presidente da Assembleia vota em último lugar.

ARTIGO 43º
(Empate na Votação Por Escrutínio Secreto)

1. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão se repetir o empate.
2. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

SECÇÃO VII
DAS FALTAS

ARTIGO 44º
(Verificação de Faltas e Processo Justificativo)

1. Constitui falta a não comparência a qualquer sessão.
2. Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da sessão.
3. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
4. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e da decisão é notificado o interessado, pessoalmente ou por via postal.
5. Da decisão de recusa da justificação da falta cabe recurso para o plenário.

SECÇÃO VIII
PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ATOS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 45º
(Carácter Público das Reuniões)

1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas, devendo ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias sobre a data das mesmas.
2. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 49.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
3. Os representantes, com assento na Assembleia Municipal, deverão congregiar esforços, no sentido de serem criadas condições que garantam a presença frequente de jovens nas reuniões deste órgão autárquico, no âmbito de uma educação abrangente para a cidadania.
4. Para o exercício da sua profissão, serão reservados lugares apropriados na sala de sessões da Assembleia Municipal aos representantes da comunicação social habilitados com o respetivo título profissional.
5. A Mesa providenciará no sentido de ser distribuída aos órgãos de comunicação social interessados, com devida antecedência, a ordem de trabalhos de cada sessão.

ARTIGO 46º
(Atas)


1. De cada sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. Nos processos submetidos ao Tribunal de Contas e que devam ser instruídos com deliberações da assembleia municipal, deve ser remetida cópia da ata da sessão do órgão deliberativo em que foi tomada, devendo a mesma conter a clara identificação dos membros presentes, bem como a menção da data da sessão e o sentido da deliberação de cada participante e eventuais declarações de voto.
3. Das atas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público, na solicitação de esclarecimentos, e às respostas dadas.
4. As atas são lavradas por um funcionário da autarquia designado para o efeito (*ou pelos secretários da mesa*) e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.
5. Haverá registo áudio das sessões, por equipamento do município, para apoio na elaboração da ata.
6. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.
7. As atas da Assembleia Municipal serão oportunamente colocadas online, para facilitar o acesso dos cidadãos aos principais assuntos debatidos e deliberações tomadas, sem prejuízo de outras formas de divulgação.

ARTIGO 47º
(Registo na Ata Do Voto De Vencido)

1. Os membros da Assembleia podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
2. Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.
3. O registo na ata do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

ARTIGO 48º
(Publicidade das Deliberações)

1. Para além da publicação em Diário da República quando a lei expressamente o determine, as deliberações da Assembleia Municipal destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, sem prejuízo do disposto em legislação especial.
2. Os actos referidos no número anterior são ainda publicados no sítio da Internet, no boletim da autarquia local (quando exista) e em pelo menos num dos jornais locais editados ou distribuídos na área da respetiva autarquia, nos 30 dias subsequentes à sua prática, que reúnam cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Sejam portuguesas, nos termos da lei;
 - b) Sejam de informação geral;

- 
- c) Tenham uma periodicidade não superior à mensal;
 - d) Não sejam distribuídas a título gratuito.

CAPÍTULO V DAS DELEGAÇÕES, COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO

ARTIGO 49º (Constituição)

1. A Assembleia Municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado.
2. A iniciativa da sua constituição pode partir do Presidente da Assembleia Municipal, da Mesa, ou de qualquer membro da Assembleia.

ARTIGO 50º (Competências)

Compete às delegações, comissões ou grupos de trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal.

ARTIGO 51º (Composição)

O número de membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua distribuição pelos diversos Grupos Municipais, quando existirem, bem como a designação do seu coordenador, são fixados pela Assembleia.

ARTIGO 52º (Funcionamento)

1. Compete ao Presidente, que pode delegar no coordenador, convocar a primeira reunião.
2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da delegação, comissão ou grupo de trabalho.

CAPÍTULO VI DOS GRUPOS MUNICIPAIS

ARTIGO 53º (Constituição)

1. Os membros eleitos, bem como os Presidentes de Junta ou de União de Freguesias eleitos por cada partido político ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de Grupos Municipais, nos termos da lei e do regimento.
2. A constituição de cada Grupo Municipal efetua-se mediante comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, assinada pelos membros que o compõem, indicando a sua designação bem como a respetiva Direção.
3. Os membros que não integrem qualquer Grupo Municipal comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o seu mandato como independentes.

ARTIGO 54º
(Organização)

1. Os Deputados Municipais e os Presidentes de Junta sentar-se-ão na Assembleia nos locais específicos para isso destinados, com nítida separação do público, sendo que só nesse local poderão participar nos trabalhos e exercer o direito de voto.
2. Cada Grupo Municipal estabelece a sua organização, devendo qualquer alteração na composição ou Direção do Grupo Municipal ser comunicada ao Presidente da Assembleia Municipal.

CAPÍTULO VII
DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA.

SECÇÃO I
DO MANDATO

ARTIGO 55º
(Duração e Continuidade do Mandato)

O mandato dos membros da Assembleia Municipal inicia-se com o ato de instalação e de verificação de poderes e cessa com a instalação da nova Assembleia, sem prejuízo dos casos de cessação do mandato.

ARTIGO 56º
(Suspensão do Mandato)

1. Os membros da Assembleia Municipal podem solicitar a suspensão do respetivo mandato.
2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente da Assembleia e apreciado pelo plenário da Assembleia na sessão imediata à sua apresentação.
3. São motivos de suspensão designadamente:
 - a) Doença comprovada;
 - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
 - c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a trinta dias.
4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
5. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário da Assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.
6. Enquanto durar a suspensão, os membros da Assembleia são substituídos nos termos do artigo 61º deste regimento.

ARTIGO 57º
(Ausência inferior a 30 dias)

1. Os membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até trinta dias.
2. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, na qual são indicados os respetivos início e fim.
3. O membro ausente nos termos do presente artigo é substituído nos termos do artigo 61º deste regimento.

fun

ARTIGO 58º
(Renúncia ao Mandato)

1. Os membros da Assembleia Municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada, quer antes quer depois da instalação da Assembleia.
2. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao Presidente da Assembleia, consoante o caso.
3. A falta do eleito local ao ato de instalação da Assembleia, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
4. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabem à Assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

ARTIGO 59º
(Substituição do Renunciante)

1. O membro substituto deve ser convocado por quem está a proceder à instalação ou pelo Presidente da Assembleia, consoante o caso, e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o ato de instalação ou reunião da Assembleia, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito, de acordo com o n.º 2 do artigo anterior.
2. A falta de substituto, devidamente convocado, ao ato de assunção de funções, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
3. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabem à Assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

ARTIGO 60º
(Perda de Mandato)

À perda de mandato aplica-se o consignado na Lei nº 27/96, de 1 de agosto.

ARTIGO 61º
(Preenchimento de Vagas Eleitos e Presidentes de Junta)

1. As vagas ocorridas na Assembleia Municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.
3. Em caso de justo impedimento, o Presidente de Junta de Freguesia ou de União de Freguesias pode designar substituto legal que o represente nas reuniões da Assembleia Municipal, devendo para o efeito proceder com a necessária antecedência à sua indicação à Mês.

SECÇÃO II DOS DEVERES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 62º (Deveres)

Constituem, designadamente, deveres dos membros da assembleia:

- a) Comparecer às sessões e reuniões da Assembleia e às reuniões das comissões a que pertençam;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia;
- e) Contribuir pela sua diligência para o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal.

ARTIGO 63º (Impedimentos e Suspeições)

1. Nenhum membro da Assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo Município, nos casos previstos no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.
2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos artigos 45º, 46º e 47º do Código do Procedimento Administrativo.
3. Os membros da Assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 48º do Código do Procedimento Administrativo.
4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 49.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

SECÇÃO III DOS DIREITOS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 64º (Direitos)

1. Os membros da Assembleia Municipal têm, designadamente, os seguintes direitos:
 - a) Fazer perguntas à Mesa da Assembleia Municipal ou a qualquer membro desta ou da Câmara Municipal.
 - b) Participar nos debates e nas votações;
 - c) Apresentar propostas, moções e requerimentos;
 - d) Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal, veiculados pela Mesa da Assembleia;
 - e) Apresentar reclamações, protestos, contraprotostos e declarações de voto;
 - f) Propor alterações ao regimento;
 - g) Receber através da mesa, todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados.
2. Aos membros da Assembleia Municipal são atribuíveis os direitos a eles consignados pela lei, designadamente pelo Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho, e ulteriores alterações.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 65º (Alterações ao Regimento)

O Regimento poderá ser alterado por maioria qualificada de dois terços dos elementos da Assembleia e em respeito pela Lei vigente.

ARTIGO 66º (Interpretação e Integração de Lacunas)

Compete à mesa, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 11º, interpretar o presente regimento e decidir sobre os casos omissos e integrar as suas lacunas.

ARTIGO 67º (Entrada em Vigor)

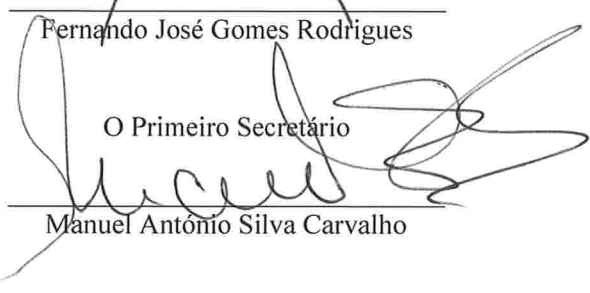
1. O presente Regimento entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação.
2. Cada membro da Assembleia Municipal receberá um exemplar do mesmo, bem como os elementos do Executivo Municipal, em formato eletrónico.
3. O Regimento da Assembleia é publicado no Boletim Oficial do Município e no site do Município.
4. Nos termos da Lei, aquando da instalação de uma nova Assembleia Municipal e enquanto não for elaborado e aprovado novo Regimento, continuará em vigor o anterior.

Aprovado pela Assembleia Municipal de Montalegre em 20 de dezembro de 2021

O Presidente da Assembleia Municipal


Fernando José Gomes Rodrigues

O Primeiro Secretário


Manuel António Silva Carvalho

O Segundo Secretário


Maria Olimpia Caldas Fernandes Vinhas





MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
Assembleia Municipal
N.I.P.C 506 149 811

EDITAL

Nº 13/2022/DA

Fernando José Gomes Rodrigues, Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre, torna público que, na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia 20 de dezembro de 2021, foi aprovada **a alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal**, o qual se encontra em vigor desde o dia seguinte ao da sua aprovação, nos termos do art.º 67, do mesmo Regimento.

Para constar e para os devidos efeitos legais, publica-se o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados no átrio do município e demais lugares de estilo, bem como no sítio da Internet — <http://www.cm-montalegre.pt>.

E eu, *Fernando José Gomes Rodrigues* (Maria Fernanda Dinis Moreira) Chefe da Divisão Administrativa do Município de Montalegre, o subscrevi.

Montalegre e Paços do Município, 03 de março de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal


(Fernando José Gomes Rodrigues)

